

# Sumário

---

---

*Nota do autor, 17*

- 1 HISTÓRICO, 23
  - 1 Primórdios jurídicos, 23
  - 2 Antigüidade, 25
  - 3 Idade média e moderna, 30
  - 4 Unificação do direito privado, 31
  - 5 A valorização da empresa, 34
  
- 2 TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL, 36
  - 1 Base constitucional, 36
  - 2 Atuação econômica organizada, 38
  - 3 O direito de empresa, 40
  - 4 Empresa, 42
    - 4.1 Coletividade de bens, 44
  - 5 Empresário, 45

- 3 REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS E ATIVIDADES AFINS, 48
  - 1 O registro, 48
  - 2 Departamento Nacional de Registro do Comércio, 49
  - 3 Juntas comerciais, 50
  - 4 Estrutura da junta comercial, 53
  - 5 Atos do registro empresarial, 56
    - 5.1 Registro da empresa e outros atos, 57
  - 6 Processo decisório, 61
  - 7 Processo revisional, 64
  - 8 Assentamento dos usos ou práticas mercantis, 66
- 4 EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, 69
  - 1 Inscrição, 69
    - 1.1 Qualificação, 71
    - 1.2 Firma e assinatura, 71
    - 1.3 Capital, 73
    - 1.4 Objeto e sede da empresa, 73
  - 2 Capacidade, 74
    - 2.1 Incapacidade do empresário, 76
    - 2.2 Incapacidade do sócio, 78
    - 2.3 Falecimento do empresário individual, 80
  - 3 Impedimento, 82
  - 4 Empresário casado, 84
    - 4.1 Aspectos cogentes, 86
  - 5 Estabelecimento secundário, 87
  - 6 Empresário rural, 88
- 5 MICRO E PEQUENA EMPRESA, 91
  - 1 Tratamento especial, 91
  - 2 Definições, 92
  - 3 Constituição, 93
  - 4 Desenquadramento e reenquadramento, 94
  - 5 Falsidade nas comunicações, 96
  - 6 Benefícios do regime especial, 96

- 
- 6 NOME EMPRESARIAL, 99
    - 1 Nome, 99
    - 2 Nome empresarial, 101
      - 2.1 Firma, 103
      - 2.2 Denominação, 106
      - 2.3 Nome e tipo empresarial, 108
    - 3 Natureza jurídica, 110
    - 4 Proteção ao nome empresarial, 112
      - 4.1 Tutela do nome empresarial, 113
      - 4.2 Proteção à razão empresarial, 115
      - 4.3 Proteção à denominação, 116
    - 5 Nome, marca e título de estabelecimento, 118
    - 6 Extinção, 120
  
  - 7 ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL, 122
    - 1 Expressão contábil da empresa, 122
    - 2 Princípios aplicáveis à escrituração, 124
    - 3 Forma da escrituração, 130
      - 3.1 Requisitos extrínsecos, 130
        - 3.1.1 Microfichas, 131
        - 3.1.2 Autenticação, 132
      - 3.2 Requisitos intrínsecos, 134
      - 3.3 Transferência da escrituração, 135
      - 3.4 Guarda e conservação da escrituração, 136
    - 4 Valor probante da escrituração empresarial, 137
      - 4.1 Sigilo escritural, 139
      - 4.2 Exibição parcial da escrituração, 142
      - 4.3 Fiscalização fazendária, 142
  
  - 8 O DIÁRIO, 144
    - 1 Livro Diário, 144
    - 2 Balanço patrimonial, 146
      - 2.1 Ativo, 148
      - 2.2 Passivo exigível, 149
      - 2.3 Patrimônio líquido, 150

- 2.4 Inventário, 153
  - 2.4.1 Outros valores do ativo, 158
- 2.5 Exemplo de balanço, 160
- 3 Micro e pequenos empresários, 161
  
- 9 ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL COMPLEMENTAR, 163
  - 1 Resultado econômico da empresa, 163
  - 2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), 164
  - 3 Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), 166
  - 4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), 169
  - 5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), 171
  - 6 Outros livros obrigatórios, 173
  - 7 Livros facultativos, 176
  
- 10 ESTABELECIMENTO, 178
  - 1 Estabelecimento, 178
  - 2 Individualização do estabelecimento, 180
  - 3 Objetivação jurídica do estabelecimento, 183
  - 4 Aviamento, 184
    - 4.1 Expressão isolada do aviamento ou benefício de mercado, 186
    - 4.2 Outros tratamentos isolados do aviamento, 187
  - 5 Trespasse, 189
    - 5.1 Contratos no trespasse, 192
    - 5.2 Créditos no trespasse, 194
    - 5.3 Restabelecimento, 195
    - 5.4 Nome empresarial no trespasse, 197
  - 6 Penhor do estabelecimento, 198
    - 6.1 Anticrese do estabelecimento empresarial, 201
  
- 11 TECNOLOGIA, 205
  - 1 Bens intelectuais, 205
  - 2 Patentes, 208
    - 2.1 Exceções, 211
  - 3 Pedido de patente, 213
    - 3.1 Requisitos do pedido, 215

- 4 Carta de patente, 217
- 5 Nulidade da patente, 219
- 6 Emprego da patente, 219
- 7 Extinção da patente, 222
- 8 *Software*, 223

## 12 MARCA, 226

- 1 No mundo dos significados, 226
- 2 Marcas registráveis, 228
- 3 Marcas não registráveis, 230
- 4 Relações entre marca e nome comercial, 234
- 5 Direitos sobre a marca, 236
- 6 Perda do direito de marca, 241
- 7 Desenho industrial, 243
- 8 Material publicitário, 245

## 13 CLIENTELA E FREGUESIA, 247

- 1 Clientela, 247
- 2 Diferenças entre clientela e freguesia, 250
- 3 Ponto empresarial, 252
  - 3.1 Ponto empresarial eletrônico, 254
- 4 Ponto empresarial locado, 255
  - 4.1 Requisitos para a renovação, 257
- 5 Ação renovatória, 261
  - 5.1 Legitimidade para ação, 264
- 6 Contestação, 265
  - 6.1 Exceção de retomada, 268
  - 6.2 Presunção de sinceridade, 271
  - 6.3 Retomada insincera ou desidiosa, 272
- 7 Improcedência da renovação, 273

## 14 SHOPPING CENTERS, 276

- 1 *Shopping centers*, 276
  - 1.1 Sujeitos da relação, 278
- 2 Locação em *shopping center*, 279

- 2.1 Reserva de localização, 280
  - 3 Locação, 281
    - 3.1 Ponto empresarial locado, 283
    - 3.2 Despesas com áreas comuns, 283
  - 4 Prestação de serviços de administração de *shopping center*, 285
    - 4.1 Auditoria da contabilidade, 287
    - 4.2 Inexistência de condomínio e síndico, 288
  - 5 Contrato de adesão ao empreendimento, 289
    - 5.1 Limitação da concorrência e da liberdade de agir, 292
  - 6 Regimento interno, 293
  - 7 Fundo de promoção e publicidade, 294
  - 8 Associação de lojistas, 295
  - 9 Responsabilidade pelo empreendimento, 297
- 15 FRANQUIAS, 300
- 1 Idéia central, 300
  - 2 Lei 8.955/94, 301
    - 2.1 As partes e suas relações, 303
      - 2.1.1 Subfranqueamento, 306
      - 2.1.2 Fornecedores e prestadores de serviços do sistema, 306
    - 2.2 Cessão de propriedade intelectual, 307
    - 2.3 Distribuição exclusiva, 308
  - 3 Circular de oferta de franquia, 310
  - 4 Contrato de franquia, 319
- 16 PREPOSTOS, 320
- 1 Aspectos genéricos, 320
  - 2 Responsabilidade civil por ato do preposto, 322
  - 3 Substabelecimento, 324
  - 4 Exclusividade, 325
  - 5 Gerência, 326
  - 6 Representação em juízo, 328
  - 7 Contabilistas, 330
  - 8 Terceirização, 332

---

**17 REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, 335**

- 1 Base legal, 335
- 2 Elementos do contrato de representação, 337
- 3 Desempenho da atividade, 340
- 4 Comissões, 342
- 5 Rescisão do contrato, 346
  - 5.1 Rescisão motivada pelo representado, 347
  - 5.2 Rescisão motivada pelo representante, 349
- 6 Foro para controvérsias, 351

*Bibliografia*, 353

*Índice remissivo*, 361

# Sumário

---

*Nota do autor, 25*

## **Parte Geral – Contrato de Sociedade, 29**

- 1 CONTRATO DE SOCIEDADE, 31
  - 1 União de pessoas, 31
  - 2 Elementos contratuais, 32
  - 3 Sociedades simples e empresárias, 36 *A*
    - 3.1 Atividade rural, 39
  - 4 Sociedades não personificadas, 40
  - 5 Sociedade em comum, 41
    - 5.1 Prova do contrato, 42
    - 5.2 Patrimônio social, 45
    - 5.3 Responsabilidade dos contratantes, 46
    - 5.4 Instrumento de sociedade em comum, 48
  - 6 Sociedade em conta de participação, 49
    - 6.1 Sócio ostensivo, 50



- 6.2 Constituição, 53
- 6.3 Término e liquidação, 57

## 2 PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES, 59

- 1 Pessoa jurídica, 59
- 2 Ato constitutivo, 62
- 3 Autorização para o registro, 63
  - 3.1 Negativa de concessão e revogação da autorização, 65
  - 3.2 Sociedade nacional, 67
  - 3.3 Sociedade estrangeira, 69
- 4 Nulidade absoluta ou relativa do registro, 72
- 5 Elementos da existência das pessoas jurídicas, 76
- 6 Sócios, 77
  - 6.1 Sócio ou acionista incapaz, 78
  - 6.2 Sociedade entre cônjuges, 81
- 7 Direitos da personalidade, 85

## 3 CONTRATO SOCIAL, 87

- 1 Sociedades contratuais, 87
- 2 Sociedades de pessoas e sociedades de capital, 89
- 3 Contrato social, 91
  - 3.1 Sócios: identificação e qualificação, 91
  - 3.2 Qualificação da sociedade, 93
    - 3.2.1 Nome, 93
    - 3.2.2 Objeto social, 94
    - 3.2.3 Sede, 96
    - 3.2.4 Prazo de duração, 97
  - 3.3 Capital, 98
  - 3.4 Quotas, 99
  - 3.5 Realização do capital social, 100
  - 3.6 Administração e representação, 102
  - 3.7 Participação em lucros e perdas, 104
  - 3.8 Responsabilidade subsidiária dos sócios, 106
  - 3.9 Reformabilidade do contrato, 108
  - 3.10 Extinção, 108

- 4 Registro, 109
- 5 Modificações do contrato social, 110
- 6 Acordo de quotistas, 113

#### 4 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS, 115

- 1 Relações jurídicas sociais, 115
- 2 Pessoaalidade, 117
- 3 Contribuições sociais, 119
  - 3.1 Contribuição em serviço, 121
  - 3.2 Responsabilidade pela transferência de bens e créditos, 122
- 4 Lucros e perdas, 124
- 5 *Affectio societatis*, 125
- 6 Obrigações contratuais, 129
- 7 Conflitos sociais, 130

#### 5 ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA, 132

- 1 Administração, 132
- 2 Administração coletiva, 133
  - 2.1 Anulação de deliberação, 134
  - 2.2 Conflito de interesses, 135
  - 2.3 Atos de administração coletiva, 136
  - 2.4 Administração conjunta, 137
- 3 Constituição de administrador, 138
- 4 Atuação do administrador, 142
- 5 Responsabilidade civil, 145
- 6 Prestação de contas e fiscalização, 146
- 7 Término da administração, 148

#### 6 DISSOLUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DA SOCIEDADE, 150

- 1 Resolubilidade, 150
- 2 Morte de sócio, 152
  - 2.1 Morte de cônjuge do sócio ou sua separação, 154
- 3 Direito de recesso, 155
  - 3.1 Sociedade contratada por prazo determinado, 157
  - 3.2 Sociedade contratada por prazo indeterminado, 158

- 4 Exclusão do sócio, 160
  - 4.1 Incapacidade superveniente, 161
  - 4.2 Falta grave, 162
  - 4.3 Falência do sócio, 163
  - 4.4 Penhora da quota, 163
- 5 Liquidação de quota, 165
  - 5.1 Responsabilidade residual, 169
  - 5.2 Atos do ex-sócio, 171
- 6 Dissolução (total) da sociedade, 172
  - 6.1 Hipóteses de dissolução social, 173
  - 6.2 Vencimento do prazo de duração, 173
  - 6.3 Consenso unânime dos sócios, 174
  - 6.4 Deliberação da maioria absoluta, 175
  - 6.5 Unicidade social, 176
  - 6.6 Ilícitude posterior, 177
  - 6.7 Anulação da constituição, 178
  - 6.8 Fim social exaurido ou inexequível, 179
  - 6.9 Nocividade ao interesse público, 180
  - 6.10 Causas contratuais, 181
- 7 Conversão da empresa em fundação, 182
- 8 Insolvência ou falência, 184

- 7 LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE, 185
  - 1 Procedimentos de dissolução, 185
  - 2 Liquidante, 188
    - 2.1 Deveres e direitos do liquidante, 189
  - 3 Atos de liquidação, 192
    - 3.1 Partilha, 196
    - 3.2 Prestação de contas, 197
    - 3.3 Relações jurídicas remanescentes, 200
  - 4 Liquidação judicial, 200
    - 4.1 Liquidante judicial, 202
    - 4.2 Procedimento, 204
    - 4.3 Partilha judicial, 205
    - 4.4 Prestação de contas, 206

- 
- 8 COLIGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO, 207
    - 1 Eventos jurídicos da personalidade societária, 207
    - 2 Sociedades coligadas, 209
      - 2.1 Sociedade controlada, 210
      - 2.2 Sociedade coligada, 211
      - 2.3 Participação societária, 212
      - 2.4 Participação recíproca, 212
    - 3 Transformação, 214
    - 4 Incorporação societária, 216
    - 5 Fusão societária, 221
    - 6 Cisão societária, 225
    - 7 Justificação, 230
    - 8 Protocolo, 232
    - 9 Efeitos da metamorfose societária, 233
      - 9.1 Efeitos sobre a coligação societária, 235
      - 9.2 Efeitos sobre terceiros, 236
      - 9.3 Direito de retirada, 238
  - 9 DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, 240
    - 1 Atribuição de personalidade jurídica e seus efeitos, 240
    - 2 Mau uso da personalidade jurídica, 242
    - 3 Hipóteses de aplicação, 246
      - 3.1 Dolo e fraude, 246
      - 3.2 Desvio de finalidade, 248
      - 3.3 Confusão patrimonial, 249
      - 3.4 Relações de consumo, 250
        - 3.4.1 Abuso de direito, 251
        - 3.4.2 Excesso de poder, 253
        - 3.4.3 Infração da lei, fato ou ato ilícito, 254
        - 3.4.4 Má administração, 256
        - 3.4.5 Ressarcimento frustrado, 257
      - 3.5 Relações de trabalho, 258
    - 4 Definição da obrigação, 260
    - 5 Precisão do responsabilizado, 261
      - 5.1 Extensão da obrigação sobre sócios, 263

- 5.2 Extensão da obrigação sobre administrador, 264
- 5.3 Extensão da obrigação sobre a empresa coligada, 265
- 5.4 Situações de fato, 268
- 6 Tutela jurisdicional, 270
  - 6.1 Processo de conhecimento, 271
  - 6.2 Processo cautelar, 272
  - 6.3 Processo de execução, 273
    - 6.3.1 Coisa julgada, 274
  - 6.4 Falência ou insolvência, 277

## **Parte Especial I – Sociedades Contratuais em Espécie, 279**

- 10 SOCIEDADE SIMPLES, 281
  - 1 Elemento caracterizador, 281
  - 2 Tipos de sociedade simples, 283
  - 3 Ato de constituição, 283
  - 4 Relações entre os sócios, 286
  - 5 Administração, 288
- 11 SOCIEDADE EM NOME COLETIVO, 290
  - 1 Nome coletivo, 290
  - 2 Estrutura, 292
  - 3 Obrigações sociais, 293
  - 4 Administração, 295
  - 5 Penhorabilidade da quota, 297
- 12 SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES, 300
  - 1 Comanditar, 300
  - 2 Responsabilidade dos sócios, 302
    - 2.1 Responsabilidade do ex-sócio, 304
    - 2.2 Responsabilidade do comanditário, 306
    - 2.3 Falência ou insolvência, 307
  - 3 Contrato social, 308
    - 3.1 Capital social, 309
  - 4 Atuação societária, 310

- 5 Morte de sócio, 311
- 6 Unicidade de categorias, 312

### 13 SOCIEDADE LIMITADA: ESTRUTURA, 313

- 1 Limite de responsabilidade, 313
- 2 Regime jurídico, 315
- 3 Contrato social, 317
- 4 Quotas, 318
  - 4.1 Integralização, 320
  - 4.2 Indivisibilidade, 321
  - 4.3 Condomínio de quota, 322
  - 4.4 Cessão de quotas, 324
  - 4.5 Penhor de quota, 326
  - 4.6 Penhora de quota, 327
    - 4.6.1 Remição da quota, 330
- 5 Sócio remisso, 331
- 6 Capital social, 333
  - 6.1 Aumento de capital, 334
  - 6.2 Redução de capital, 337

### 14 SOCIEDADE LIMITADA: FUNCIONAMENTO, 341

- 1 Administração, 341
- 2 Administrador, 342
  - 2.1 Administrador sócio, 343
  - 2.2 Administrador não sócio, 344
  - 2.3 Administração plural, 345
- 3 Delegação da administração ou gerência, 347
  - 3.1 Constituição do administrador delegado ou gerente, 352
  - 3.2 Responsabilidade pelos atos do administrador delegado, 353
- 4 Tempo de exercício da administração, 354
  - 4.1 Administração por prazo certo, 355
  - 4.2 Administração por prazo indeterminado, 356
  - 4.3 Renúncia à administração, 357
- 5 Poderes e deveres do administrador, 358
- 6 Prestação de contas, 359

- 7 Conselho fiscal, 362
- 8 Deliberações sociais, 364
  - 8.1 Reunião ou assembléia de sócios, 366
    - 8.1.1 Reunião de sócios, 367
    - 8.1.2 Assembléia de sócios, 368
      - 8.1.2.1 Assembléias obrigatórias, 370
  - 8.2 Convocação, 371
  - 8.3 Participação, 373
  - 8.4 Votações, 374
    - 8.4.1 Impedimento, 375
  - 8.5 Efeitos das deliberações, 376
  - 8.6 Realização virtual, 378
- 9 Dissolução total ou parcial, 378

## **Parte Especial II – Sociedades Institucionais (Estatutárias), 381**

- 15 INTRODUÇÃO ÀS SOCIEDADES POR AÇÕES, 383
  - 1 Sociedade institucional ou estatutária, 383
  - 2 Estatuto social, 384
  - 3 Objeto social, 385
  - 4 Denominação, 386
  - 5 Outros elementos qualificadores, 388
  - 6 Reforma do estatuto, 389
  - 7 Escrituração, 391
  - 8 Livros sociais, 392
    - 8.1 Responsabilidade pela escrituração regular, 394
  - 9 Publicações, 395
- 16 COMPANHIAS ABERTAS OU FECHADAS, 397
  - 1 Distinção, 397
  - 2 Conselho Monetário Nacional, 399
  - 3 A Comissão de Valores Mobiliários, 400
    - 3.1 Natureza jurídica e administração, 401
    - 3.2 Competência, 402
    - 3.3 Poderes, 404

- 3.3.1 Preferência disciplinar educativa, 406
- 3.3.2 Suspensão do processo, 408
- 3.4 Sanções disciplinares, 410
- 3.5 Colaboração internacional, 412
- 4 Negociação no mercado, 412
  - 4.1 Bolsa de Valores e mercado de balcão, 414
- 5 Registro de companhia aberta, 415
  - 5.1 Fechamento do capital, 416

## 17 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES, 418

- 1 Capital social, 418
- 2 Ação, 419
- 3 Espécies, classes e formas, 421
- 4 Ações ordinárias, 422
- 5 Ações preferenciais, 423
  - 5.1 Prioridade na distribuição de dividendos, 425
    - 5.1.1 Proteção aos preferencialistas no mercado aberto, 429
  - 5.2 Limitações, 432
  - 5.3 Dividendos cumulativos, 433
  - 5.4 Poder de veto, 434
  - 5.5 Vantagens políticas, 436
- 6 Ações de fruição (amortização de ações), 437
  - 6.1 Resgate de ações, 438
- 7 Forma das ações, 439
  - 7.1 Ações escriturais, 440
- 8 Modificação do capital social, 441
  - 8.1 Direito de preferência, 444
  - 8.2 Redução do capital social, 447

## 18 CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, 450

- 1 Fundação, 450
- 2 Requisitos preliminares, 451
- 3 Subscrição pública, 453
  - 3.1 Inexatidão de prospectos e informações, 456
  - 3.2 Assembléia geral dos subscritores, 457



- 3.3 Eleições, 459
  - 4 Subscrição particular, 462
  - 5 Integralização das ações, 463
    - 5.1 Integralização por incorporação de bens, 464
    - 5.2 Incorporação de imóveis, 467
    - 5.3 Aplicabilidade do procedimento ao aumento de capital, 468
    - 5.4 Acionista remisso, 469
  - 6 Registro, 472
- 19 TITULARIDADE E NEGOCIABILIDADE DA AÇÃO, 474
- 1 Cambiabilidade, 474
  - 2 Emissão de ações, 475
  - 3 Certificado de ação, 477
  - 4 Custódia de ações fungíveis, 479
  - 5 Negociabilidade, 481
    - 5.1 Procuração, 482
    - 5.2 Negociação de ações pela companhia, 484
  - 6 Direitos de terceiros sobre a ação, 486
    - 6.1 Penhor de ação, 488
    - 6.2 Alienação fiduciária em garantia, 489
    - 6.3 Usufruto, 490
    - 6.4 Demais cláusulas e ônus, 491
- 20 OUTROS TÍTULOS SOCIETÁRIOS, 493
- 1 Partes beneficiárias, 493
    - 1.1 Emissão de partes beneficiárias, 495
    - 1.2 Conversibilidade em ações, 497
  - 2 Debêntures, 498
    - 2.1 Agente fiduciário, 499
    - 2.2 Emissão de debêntures, 501
      - 2.2.1 Emissão em moeda estrangeira e/ou no exterior, 504
    - 2.3 Espécies e formas, 505
    - 2.4 Certificado de debêntures, 508
    - 2.5 Conversibilidade em ações, 509
    - 2.6 Assembléia de debenturistas, 510

- 2.7 Adimplemento, 511
- 2.8 Cédula de debêntures, 512
- 3 Bônus de subscrição, 513
- 21 DIREITOS DOS ACIONISTAS, 515
  - 1 Tipologia, 515
  - 2 Defesa dos direitos, 517
  - 3 Voto, 519
  - 4 Aquisição do direito de voto pelas ações preferenciais, 520
  - 5 Abuso do direito de voto, 523
  - 6 Acordo de acionistas, 525
    - 6.1 Execução, 527
    - 6.2 Resolução, 529
  - 7 Direito de retirada, 532
    - 7.1 Reembolso, 534
- 22 ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS, 537
  - 1 Assembléia geral, 537
    - 1.1 Convocação, 540
    - 1.2 Companhias abertas, 542
    - 1.3 Funcionamento, 543
    - 1.4 Anulação, 546
  - 2 Órgãos de administração, 546
  - 3 Conselho de administração, 548
    - 3.1 Eleição, 550
  - 4 Diretoria, 551
  - 5 Deveres dos administradores, 552
  - 6 Responsabilidade dos administradores, 555
  - 7 Conselho fiscal, 561
    - 7.1 Competência e atuação, 562
    - 7.2 Deveres, 564
  - 8 Órgãos técnicos e consultivos, 565
  - 9 Sociedade em comandita por ações, 566

- 23 CONTROLE, COLIGAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE, 567
  - 1 Controle acionário, 567
  - 2 Sociedade controladora, 570
    - 2.1 Incorporação de companhia controlada, 571
  - 3 Alienação do controle, 573
    - 3.1 Aprovação, 575
  - 4 Oferta pública de aquisição de controle acionário, 576
  - 5 Subsidiária integral, 580
    - 5.1 Desfazimento do controle integral, 583
    - 5.2 Outros eventos societários, 584
  - 6 Coligação e participação, 586
    - 6.1 Responsabilidade específica, 587
  - 7 Grupo de sociedades, 587
  - 8 Consórcio, 592
- 24 RESULTADOS ECONÔMICOS, 595
  - 1 Finalidade econômica, 595
  - 2 Demonstrações periódicas, 596
  - 3 Resultados do exercício, 599
  - 4 Lucro e reservas, 601
  - 5 Dividendos, 603
    - 5.1 Dividendo obrigatório, 605
- 25 DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO, 607
  - 1 Dissolução, 607
  - 2 Dissolução de pleno direito, 608
  - 3 Dissolução por decisão judicial, 610
  - 4 Dissolução por decisão administrativa, 612
  - 5 Dissolução parcial, 612
    - 5.1 Quebra da *affectio societatis*, 614
  - 6 Liquidação e extinção, 616
- 26 SOCIEDADE COOPERATIVA, 619
  - 1 Cooperativismo, 619
  - 2 Natureza jurídica, 621

- 2.1 Características essenciais, 623
- 2.2 Especialidade, 629
- 3 Constituição, 630
- 4 Admissão, eliminação e exclusão de cooperados, 632
  - 4.1 Concorrência com a cooperativa, 633
- 5 Assembléia geral, 638
- 6 Órgãos da administração, 640
- 7 Fusão, incorporação e desmembramento, 642
- 8 Dissolução e liquidação, 643
  - 8.1 Responsabilidade subsidiária pelo passivo não satisfeito, 644

*Referências bibliográficas, 647*

*Índice remissivo, 655*

# Sumário

---

---

*Nota do autor*, 21

## 1 INSOLVÊNCIA, 25

- 1 O risco de empreender, 25
- 2 Obrigação e solução, 28
- 3 Princípio geral da solvabilidade jurídica, 30
- 4 Execução coletiva, 33
- 5 Histórico, 35

## 2 INSOLVÊNCIA EMPRESÁRIA, 40

- 1 Regime jurídico para a insolvência empresária, 40
  - 1.1 Empresas públicas e sociedades de economia mista, 42
  - 1.2 Instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios e entidades de previdência complementar, 42
  - 1.3 Sociedades operadoras de plano de assistência à saúde, 44
  - 1.4 Sociedade seguradora e sociedade de capitalização, 46
  - 1.5 Outras entidades legalmente equiparadas às anteriores, 48
  - 1.6 Exploração de serviços aéreos e infra-estrutura aeronáutica, 48

- 2 Câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira, 49
- 3 Competência para processamento, 51
  - 3.1 Principal estabelecimento, 56
- 4 Participação do Ministério Público, 58
- 3 DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA, 62
  - 1 Obrigações exigíveis na recuperação judicial ou na falência, 62
    - 1.1 Obrigações a título gratuito, 64
    - 1.2 Despesas judiciais, 69
    - 1.3 Pensões alimentícias, 71
  - 2 Suspensão da prescrição, 72
  - 3 Suspensão de ações e execuções, 74
    - 3.1 Demandas por quantias ilíquidas, 76
    - 3.2 Reserva de valores, 78
    - 3.3 Suspensão na recuperação judicial, 80
    - 3.4 Execuções fiscais, 81
    - 3.5 Ações sem efeitos patrimoniais econômicos, 83
    - 3.6 Ações ainda não ajuizadas, 84
    - 3.7 Relações jurídicas posteriores, 85
  - 4 Prevenção de jurisdição, 86
- 4 ADMINISTRADOR JUDICIAL, 89
  - 1 Auxiliares processuais, 89
  - 2 Idoneidade, 91
  - 3 Preferência por advogado, economista, administrador de empresas ou contador, 93
  - 4 Pessoa jurídica, 94
  - 5 Posse, destituição, substituição e responsabilidade, 96
  - 6 Competência, 98
    - 6.1 Competência comum à falência e recuperação judicial, 99
    - 6.2 Competência específica à recuperação judicial, 107
    - 6.3 Competência específica à falência, 110
  - 7 Remuneração, 123
- 5 MANIFESTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS CREDORES, 126
  - 1 Credores no juízo universal, 126

- 2 Assembléia geral de credores, 127
  - 2.1 Convocação e instalação, 128
  - 2.2 Participação e assistência, 130
  - 2.3 Direito de voto, 132
  - 2.4 Composição, 136
- 3 Credores minoritários, majoritários e controladores, 138
- 4 Comitê de credores, 141
  - 4.1 Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência, 143
  - 4.2 Atribuições específicas à recuperação judicial, 149
- 5 Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores, 151
- 6 VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS, 154
  - 1 Verificação de créditos, 154
  - 2 Habilitação de créditos, 155
  - 3 Impugnação das habilitações, 160
    - 3.1 Processamento, 164
    - 3.2 Recurso, 168
    - 3.3 Habilitações tardias, 171
  - 4 Quadro geral de credores, 175
  - 5 Retificação do quadro geral de credores, 177
    - 5.1 Créditos não reconhecidos por sentença, 178
    - 5.2 Créditos reconhecidos por sentença, 179
- 7 INTRODUÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS, 181
  - 1 Preservação da empresa, 181
  - 2 Possibilidade jurídica, 184
  - 3 Legitimidade jurídica, 191
    - 3.1 Legitimidade passiva: créditos e credores alcançados, 193
    - 3.2 Exceções, 199
  - 4 Interesse processual, 201
- 8 PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS, 204
  - 1 Petição inicial, 204
    - 1.1 Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira, 206

- 1.2 Demonstrações contábeis, 207
  - 1.2.1 Balanço patrimonial, 207
  - 1.2.2 Demonstração de resultados acumulados, 208
  - 1.2.3 Demonstração do resultado desde o último exercício, 209
  - 1.2.4 Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção, 209
  - 1.2.5 Documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, 211
  - 1.2.6 Microempresas e empresas de pequeno porte, 213
- 1.3 Relação nominal de credores, 214
- 1.4 Relação nominal de empregados, 216
- 1.5 Documentos do registro no comércio, 217
- 1.6 Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor, 219
- 1.7 Extratos de contas bancárias e aplicações financeiras, 223
- 1.8 Certidões dos cartórios de protestos, 224
- 1.9 Relação de ações judiciais, 225
- 2 Processamento do pedido, 226

## 9 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEU PROCESSAMENTO, 231

- 1 Apresentação do plano de recuperação judicial, 231
- 2 Meios de recuperação judicial da empresa, 233
  - 2.1 Vedações ao plano de recuperação, 237
- 3 Procedimento de recuperação judicial, 239
- 4 Assembléia geral deliberativa sobre o plano de recuperação, 243
  - 4.1 Deliberação e votação, 245
  - 4.2 Resultados da deliberação, 248
- 5 Microempresas e empresas de pequeno porte, 250
- 6 Empresas concessionárias de serviço público, 254
  - 6.1 Parceria público-privada, 257

## 10 REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 260

- 1 Efeitos da recuperação judicial, 260
- 2 Alienação de estabelecimentos, 264
  - 2.1 Desoneração dos ativos alienados judicialmente, 267
- 3 Duração da recuperação judicial, 269
- 4 Condução da atividade empresária, 271



- 4.1 Condenação penal transitada em julgado, 274
- 4.2 Índícios veementes de crime previsto na Lei 11.101/05, 275
- 4.3 Dolo, simulação ou fraude, 276
- 4.4 Comportamento incompatível, 279
  - 4.4.1 Gastos pessoais manifestamente excessivos, 280
  - 4.4.2 Despesas injustificáveis, 284
  - 4.4.3 Descapitalização injustificada da empresa, 288
  - 4.4.4 Simulação ou omissão de créditos, 289
- 4.5 Negativa de informações, 290
- 4.6 Previsão no plano recuperatório, 291
- 5 Gestor judicial, 292
- 6 Convolação da recuperação judicial em falência, 296
- 7 Sentença de encerramento, 297

## 11 RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA, 298

- 1 Extrajudicialidade, 298
- 2 Requisitos, 300
- 3 Recuperação extrajudicial ordinária, 301
- 4 Recuperação extrajudicial extraordinária, 302
  - 4.1 Plano de recuperação extrajudicial extraordinária, 304
- 5 Homologação, 305

## 12 INTRODUÇÃO À FALÊNCIA, 307

- 1 Disposições gerais, 307
- 2 Processo falimentar, 309
- 3 Juízo falimentar, 311
- 4 Estado falimentar, 313
  - 4.1 Impontualidade, 314
    - 4.1.1 Liquidez, certeza e exigibilidade, 317
    - 4.1.2 Créditos representáveis, 319
    - 4.1.3 Títulos de crédito, 320
    - 4.1.4 Protesto, 323
  - 4.2 Execução frustrada, 326
  - 4.3 Atos de falência, 329
    - 4.3.1 Liquidação precipitada de ativos, pagamento ruinoso ou fraudulento, 330

- 4.3.2 Atos para retardar pagamentos ou fraudar credores, 333
- 4.3.3 Transferência irregular do estabelecimento, 335
- 4.3.4 Transferência simulada do estabelecimento, 338
- 4.3.5 Dação irregular de garantia real, 339
- 4.3.6 Ausência, abandono do estabelecimento ou ocultação, 341
- 4.3.7 Desrespeito ao plano de recuperação, 342

### 13 PRETENSÃO E CONTRAPRETENSÃO FALIMENTAR, 344

- 1 Legitimidade para a ação falimentar, 344
  - 1.1 O próprio devedor, 345
  - 1.2 Sucessores *causa mortis*, 346
  - 1.3 Sócio, 347
  - 1.4 Credor, 348
  - 1.5 Liquidante, 350
- 2 Jurisdição falimentar voluntária, 350
- 3 Jurisdição falimentar contenciosa, 356
  - 3.1 Extinção em face de pedido recuperatório, 357
  - 3.2 Depósito elisivo, 361
    - 3.2.1 Elisão pelo pagamento, 363
    - 3.2.2 Elisão pela caução, 364
  - 3.3 Contestação, 366
- 4 Revelia, 372

### 14 INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, 375

- 1 Instrução, 375
- 2 Sentença de procedência, 377
  - 2.1 Termo legal da falência, 379
  - 2.2 Relação nominal de credores, 383
  - 2.3 Diligências para salvaguardar os interesses das partes, 385
  - 2.4 Registro da falência, 388
  - 2.5 Continuação provisória das atividades e lacração dos estabelecimentos, 389
- 3 Falência dos sócios com responsabilidade ilimitada, 392
- 4 Falência do espólio, 393
- 5 Sentença de improcedência e abuso no pedido, 394
- 6 Recursos, 397
- 7 Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilização civil, 400

## 7.1 Indisponibilidade de bens, 403

## 15 EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS PESSOAS, 405

### 1 Afastamento da atividade, 405

#### 1.1 Empresário e administradores, 406

#### 1.2 Sócios, 408

### 2 Inabilitação do falido, 410

#### 2.1 Efeitos e alcance da inabilitação, 414

### 3 Deveres do falido, 416

#### 3.1 Assinar o termo de comparecimento, 417

##### 3.1.1 Causas determinantes da falência, 418

##### 3.1.2 Sócios, administradores e atos constitutivos, 420

##### 3.1.3 Contador, 421

##### 3.1.4 Mandatos, 422

##### 3.1.5 Bens fora do estabelecimento, participação em outras sociedades e contas bancárias, 423

#### 3.2 Depositar livros obrigatórios, 425

#### 3.3 Não se ausentar, 426

#### 3.4 Comparecer aos atos da falência, 428

#### 3.5 Entregar bens e documentos, 429

#### 3.6 Prestar informações, 433

#### 3.7 Auxiliar o administrador judicial, 436

#### 3.8 Examinar habilitações de crédito, 438

#### 3.9 Assistir a atos escriturais, 439

#### 3.10 Manifestar-se, quando determinado, 440

#### 3.11 Apresentar relação de credores, 441

#### 3.12 Examinar contas do administrador judicial, 442

## 16 EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES, 444

### 1 Uniformização das obrigações, 444

#### 1.1 Vencimento antecipado das dívidas, 445

#### 1.2 Conversão monetária, 448

#### 1.3 Juros, 449

##### 1.3.1 Juros em obrigações com garantia real, 450

### 2 Contratos, 452

#### 2.1 Contratos bilaterais, 452

- 2.2 Resolutividade contratada, 455
  - 2.3 Interpelação pela contraparte, 458
  - 2.4 Indenização e liquidação, 459
  - 2.5 Contratos unilaterais, 460
  - 3 Compra e venda, 461
    - 3.1 Falência do vendedor, 461
    - 3.2 Falência do comprador, 463
    - 3.3 Venda com reserva de domínio, 464
    - 3.4 Venda a termo de bens cotados em bolsa ou mercado, 466
    - 3.5 Promessa de compra e venda de bens imóveis, 467
  - 4 Locação, 471
    - 4.1 Locação contratada após a falência, 473
  - 5 Acordo para compensação e liquidação de obrigações, 474
  - 6 Mandato, 476
    - 6.1 Prestação de contas, 477
  - 7 Contas correntes, 480
  - 8 Obrigações compensáveis, 482
  - 9 Concessão de serviço público, 484
    - 9.1 Parcerias público-privadas, 488
- 17 ARRECADAÇÃO, 490
- 1 Arrecadação, avaliação e custódia de bens e documentos, 490
    - 1.1 Lacre do estabelecimento, 493
  - 2 Arrecadação de bens, 494
    - 2.1 Bens constritos, 496
    - 2.2 Condomínio, 498
    - 2.3 Participações societárias, 501
    - 2.4 Relações jurídicas controversas, 503
    - 2.5 Expressividade econômica e comercialidade, 505
    - 2.6 Patrimônio de afetação, 506
    - 2.7 Outras relações patrimoniais, 507
  - 3 Arrecadação de documentos, 508
    - 3.1 Limites, 512
  - 4 Avaliação, 512
    - 4.1 Auto de arrecadação, inventário e laudo de avaliação, 515

- 5 Custódia de bens e documentos, 516
  - 5.1 Venda antecipada de bens, 517
  - 5.2 Aluguel, cessão e outros contratos com bens arrecadados, 518

## 18 RESTITUIÇÃO, INEFICÁCIA, REVOGAÇÃO E EMBARGOS, 521

- 1 Ações incidentais, 521
- 2 Restituição de bens, 522
  - 2.1 Coisa vendida a crédito, 522
  - 2.2 Continuidade provisória da empresa, 524
- 3 Restituição em dinheiro, 525
  - 3.1 Inexistência da coisa ao tempo da restituição, 526
  - 3.2 Contrato de câmbio, 527
  - 3.3 Valores adiantados em contratos revogados ou ineficazes, 531
  - 3.4 Contribuições previdenciárias, 532
  - 3.5 Depósitos bancários, 534
- 4 Ação de restituição, 538
- 5 Embargos de terceiro, 541
- 6 Ineficácia e revogação de atos anteriores à falência, 542
- 7 Declaração de ineficácia, 543
  - 7.1 Pagamento antecipado de obrigações, 545
  - 7.2 Pagamento alternativo de obrigações, 547
  - 7.3 Constituição de direito real de garantia, 548
  - 7.4 Atos a título gratuito, 550
  - 7.5 Renúncia à herança ou a legado, 551
  - 7.6 Trespasse de estabelecimento, 552
  - 7.7 Registro ou averbação imobiliários após a falência, 554
  - 7.8 Reembolso de ações, 556
- 8 Ação revocatória, 557
- 9 Aspectos comuns à ineficácia e à revogação, 559

## 19 CRÉDITOS NA FALÊNCIA, 562

- 1 Verificação e habilitação, 562
- 2 Classificação dos créditos, 565
  - 2.1 Créditos trabalhistas e acidentários, 567
    - 2.1.1 Pensionamentos, 570
    - 2.1.2 Honorários advocatícios contratados, 573

- 2.1.3 Honorários advocatícios de sucumbência, 576
  - 2.1.4 Outras situações análogas ao crédito trabalhista, 579
  - 2.2 Créditos com garantia real, 579
    - 2.2.1 Créditos trabalhistas com garantia real, 582
  - 2.3 Créditos tributários, 584
  - 2.4 Créditos com privilégio especial, 587
  - 2.5 Créditos com privilégio geral, 588
  - 2.6 Créditos quirografários, 589
  - 2.7 Multas e penas pecuniárias, 590
  - 2.8 Créditos subordinados, 591
  - 2.9 Juros vencidos após a decretação, 592
  - 2.10 Falido, 592
  - 3 Créditos extraconcursais, 593
- 20 REALIZAÇÃO DO ATIVO, PAGAMENTO DOS CREDORES E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA, 597
- 1 Realização do ativo, 597
  - 2 Formas de realização do ativo, 599
    - 2.1 Escolha da forma de alienação, 605
    - 2.2 Efeitos da alienação dos ativos, 607
  - 3 Modalidades de realização do ativo, 611
    - 3.1 Modalidades alternativas, 613
    - 3.2 Sociedade de propósito específico, 614
  - 4 Pagamentos, 615
    - 4.1 Pagamentos antecipados, 617
    - 4.2 Demais pagamentos, 619
  - 5 Encerramento da falência, 621
  - 6 Extinção das obrigações do falido, 622

*Referências bibliográficas, 627*

# Sumário

---

---

*Nota do autor, xix*

- 1 FUNDAMENTOS DO DIREITO CONTRATUAL, 1
  - 1 Comportamentos agonísticos e altruístas, 1
  - 2 Acordo de vontades, 3
  - 3 Vontade livre e consciente, 6
  - 4 Sujeitos do contrato, 10
  - 5 Objeto do contrato, 13
  - 6 Conexão contratual, 16
  - 7 Forma do contrato, 19
  
- 2 FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO, 24
  - 1 Evolução legislativa, 24
    - 1.1 Novo paradigma constitucional, 27
  - 2 Autonomia privada, 29
  - 3 Princípio da socialidade, 31
    - 3.1 O contrato para a sociedade, 33
    - 3.2 O contrato para as partes, 36
  - 4 Eficiência contratual, 37
  - 5 Equilíbrio e equivalência material, 39

- 5.1 O desafio do preço, 41
- 5.2 Princípio do justo equilíbrio entre os patrimônios, 44
- 5.3 Profissionalidade e habitualidade, 46
- 6 Surreição jurídica, 48
- 7 Limites à intervenção estatal, 53
- 3 ETICIDADE E MORALIDADE, 55
  - 1 Comportamentos possíveis e devidos, 55
  - 2 Eticidade e moralidade nos negócios privados: boa-fé e probidade, 57
  - 3 Aspectos subjetivos da contratação, 61
  - 4 Probidade, 62
    - 4.1 Princípio da não surpresa contratual, 63
    - 4.2 Usos e cenários de contratação, 65
  - 5 Boa-fé, 68
    - 5.1 Boa-fé subjetiva, 69
    - 5.2 Boa-fé objetiva, 71
  - 6 Confiança, lealdade e cooperação, 73
  - 7 Dever de informação, 75
  - 8 Supressão da faculdade jurídica, 76
  - 9 Fases contratuais, 79
    - 9.1 Contrato como complexo e processo, 81
  - 10 Teoria dos atos próprios, 83
    - 10.1 *Venire contra actum proprium*, 84
    - 10.2 *Tu quoque*, 88
- 4 CONTRATOS DE ADESÃO E CONDIÇÕES CONTRATUAIS UNIFORMES, 92
  - 1 Definição, 92
    - 1.1 Contratos-tipo e contratos regulados, 97
  - 2 Formação e expressão da vontade na adesão, 98
  - 3 Interpretação contratual, 102
    - 3.1 Ambiguidade, 106
    - 3.2 Contradição, 108
    - 3.3 Exceções, 109
    - 3.4 Interpretação mais favorável, 111
  - 4 Renúncia a direito, 112
    - 4.1 Interpretação da renúncia, 114
    - 4.2 Caracterização da renúncia, 116
    - 4.3 Direito resultante da natureza do negócio, 116
  - 5 Fraude à lei, 119
  - 6 Limites da previsão, 120



- 5 TIPOS CONTRATUAIS, 123
  - 1 Tipicidade, 123
  - 2 Tipicidade contratual, 124
  - 3 Liberdade de estabelecer contratos atípicos, 127
  - 4 Histórico, 129
  - 5 Atipicidade contratual, 130
  - 6 Tipicidade social, 133
  - 7 Regência normativa dos contratos atípicos, 135
  - 8 Regência supletiva do direito estrangeiro, 137
  - 9 Objetos não contratáveis, 139
  - 10 Herança de pessoa viva, 140
  - 11 Natureza jurídica, 142
  
- 6 FORMAÇÃO DOS CONTRATOS, 144
  - 1 O *iter* contratual, 144
    - 1.1 Sondagens preliminares, 145
    - 1.2 Tratativas pré-contratuais, 148
  - 2 Proposta contratual, 151
    - 2.1 Termos da proposição, 153
    - 2.2 Exclusividade e preferência, 155
    - 2.3 Oferta ao público, 156
  - 3 Retratação ou revogação da oferta, 159
    - 3.1 Revogação da oferta ao público, 161
  - 4 Aceitação, 162
    - 4.1 Aceitação presumida, 164
    - 4.2 Eficácia da proposta no tempo, 166
    - 4.3 Recusa da proposta, 168
  - 5 Proposição entre ausentes, 169
    - 5.1 Aceitação entre ausentes, 170
    - 5.2 Exceções legais expressas, 172
    - 5.3 Recebimento tardio da aceitação, 173
    - 5.4 Retratação da aceitação, 176
    - 5.5 Local do contrato entre ausentes, 177
  - 6 Reproposição, 178
    - 6.1 Contraproposição, 180
  
- 7 O TERCEIRO E O CONTRATO, 182
  - 1 Estipulação em favor de terceiro, 182
  - 2 Determinação do terceiro, 185
    - 2.1 O eleitor e o curador do negócio, 187

- 3 Exigência de cumprimento, 191
  - 3.1 Supressão da faculdade executiva, 194
  - 3.2 Outorga exclusiva da faculdade executiva, 195
- 4 Inovação na estipulação em favor de terceiro, 200
  - 4.1 Ação contra o inovante, 202
  - 4.2 Momento e forma da inovação, 203
- 5 Promessa de fato de terceiro, 204
  - 5.1 Caracterização, 206
  - 5.2 Natureza jurídica, 207
  - 5.3 Situação jurídica do terceiro, 209
  - 5.4 Fato prometido, 211
  - 5.5 Tempo do fato prometido, 213
  - 5.6 Perdas e danos, 215
- 6 Terceiro cônjuge, 217
  - 6.1 Exclusão de responsabilidade, 218
- 7 Anuência do terceiro, 220
- 8 VÍCIOS REDIBITÓRIOS, 223
  - 1 Redibição, 223
    - 1.1 Ocultação, 226
    - 1.2 Hasta pública, 229
    - 1.3 Assunção de risco, 231
  - 2 Ação redibitória (ação edilícia) e ação estimatória (*quantum minoris*), 232
    - 2.1 Contestação, 235
  - 3 Ignorância e conhecimento pelo alienante, 237
    - 3.1 Responsabilidade objetiva e culpa, 238
    - 3.2 Conhecimento parcial ou posterior, 242
    - 3.3 Exoneração de responsabilidade, 244
  - 4 Perecimento da coisa, 245
  - 5 Prazos decadenciais, 247
    - 5.1 Vício de manifestação tardia, 250
    - 5.2 Busca de solução amigável, 251
    - 5.3 Cláusula de garantia, 254
- 9 EVICÇÃO, 258
  - 1 Evencer, 258
    - 1.1 Elementos caracterizadores, 262
    - 1.2 Casos de evicção, 264
      - 1.2.1 Situações assemelhadas, 266

- 1.3 Hasta pública, 267
- 1.4 Evicção extrajudicial, 269
- 2 Clausulação da evicção, 270
- 2.1 Exigências para exclusão e diminuição e responsabilidade, 274
- 3 Verbas indenizáveis, 278
- 3.1 Preço ou quantias pagas, 280
- 3.2 Frutos, 281
- 3.3 Despesas do contrato e prejuízos resultantes diretamente da evicção, 283
- 3.4 Custas judiciais e honorários de advogado, 285
- 3.5 Entes públicos, 287
- 3.6 Evicção parcial, 288
- 3.6.1 Evicção parcial considerável, 290
- 4 Deterioração da coisa evicta, 292
- 4.1 Vantagens da deterioração, 294
- 4.2 Boa ou má-fé, 294
- 4.3 Vantagens, 296
- 4.4 Fruição, 297
- 5 Benfeitorias, 299
- 5.1 Benfeitorias necessárias, 299
- 5.2 Benfeitorias úteis, 301
- 5.3 Benfeitorias voluptuárias, 302
- 5.4 Acessões, 303
- 5.5 Abonamento de benfeitoria, 304
- 6 Notificação do alienante, 306
- 6.1 Inovações, 308
- 10 CONTRATO ALEATÓRIO, 310
- 1 Incerteza e imprevisão, 310
- 2 Caracterização do elemento aleatório, 312
- 3 Coisas ou fatos futuros, 314
- 3.1 Contratos submetidos, 316
- 4 Existência certa, mas variável, 318
- 4.1 Fatos futuros, 321
- 4.2 Inexistência *da res sperata*, 323
- 4.3 Ato ilícito, 325
- 5 Existência exposta a risco, 326
- 5.1 Existência em pior situação, 327
- 6 Condições de aleatoriedade, 329
- 7 Inevitabilidade e imprevisibilidade, 332

- 11 CONTRATO PRELIMINAR, 334
  - 1 Contratos preliminares, 334
    - 1.1 Pacto de preferência, 335
    - 1.2 Pacto de opção, 338
    - 1.3 Pacto de negociar, 339
    - 1.4 Pacto regulatório, 341
  - 2 Requisitos essenciais e forma, 342
  - 3 Natureza jurídica do contrato principal, 344
  - 4 Conclusão do contrato preliminar, 348
    - 4.1 Execução do contrato preliminar, 349
    - 4.2 Cláusula de arrependimento, 352
    - 4.3 Registro, 353
  - 5 Suprimento de vontade, 355
    - 5.1 Pacto de preferência e o direito de substituição, 357
    - 5.2 Natureza da obrigação, 359
  - 6 Indenização por inadimplemento, 360
    - 6.1 Sucessividade ou concorrentes das alternativas ao inadimplemento, 362
    - 6.2 Reparação das perdas e danos, 364
    - 6.3 Pacto de negociar e retirada arbitrária, 366
  - 7 Promessa unilateral, 368
    - 7.1 Redução de promessas bilaterais a unilaterais, 370
- 12 CLÁUSULA DE PESSOA A DECLARAR, 373
  - 1 Indeterminação subjetiva, 373
  - 2 Atuação no interesse alheio, 376
  - 3 Circulação jurídica, 378
  - 4 Reserva de nomeação, 379
  - 5 Eleição, 381
    - 5.1 Aceitação, 383
    - 5.2 Prévia representação, 386
  - 6 Comunicação, 388
    - 6.1 Prazo de comunicação, 390
    - 6.2 Aspectos públicos, 392
  - 7 Efeitos da indicação, 393
    - 7.1 Limitação sucessória, 394
  - 8 Eficácia do contrato, 396
    - 8.1 Ausência de indicação ou recusa de aceitação, 397
  - 9 Insolvência do eleito, 398
    - 9.1 Insolvência e incapacidade, 399

- 
- 13 INTERVENÇÃO E REVISÃO, 401
    - 1 Encontro e desencontro, 401
    - 2 Princípio da eficácia contratual, 403
    - 3 Regulação e revisão administrativa, 405
    - 4 Revisão por onerosidade excessiva imprevisível, 408
      - 4.1 Imprevisibilidade, 411
      - 4.2 Onerosidade, 413
      - 4.3 Revisão ou resolução, 415
    - 5 Revisibilidade convencional do contrato, 418
      - 5.1 Resolução Alternativa de Disputa (RAD), 422
      - 5.2 Transação, 423
      - 5.3 Compromisso (arbitragem), 427
  
  - 14 DILAÇÃO DA EXIGIBILIDADE, 430
    - 1 Exceções contratuais, 430
    - 2 Exceção de contrato não cumprido, 432
    - 3 Exceção de contrato não integralmente cumprido, 437
    - 4 Fundado risco de inadimplemento, 438
  
  - 15 EXTINÇÃO DO CONTRATO, 442
    - 1 Extinção do contrato, 442
      - 1.1 Formas anormais de extinção do contrato, 445
    - 2 Distrato, 446
      - 2.1 Conteúdo do distrato, 448
    - 3 Denúncia, 450
      - 3.1 Investimentos consideráveis, 452
    - 4 Resolução contratual, 454
      - 4.1 Violação positiva do contrato ou do crédito, 456
      - 4.2 Teoria do adimplemento substancial, 459
      - 4.3 Resolução por onerosidade excessiva superveniente, 461
      - 4.4 Resolução por inexecução involuntária, 462

*Referências bibliográficas*, 465

*Índice remissivo*, 471